

MARTE VIVA

DIRECTOR (INTERINO): ANTÓNIO A. SANTOS

SEMANÁRIO

ANO I — N.º 2 — PREÇO 3\$50 — 2/7/76 (Avençado)

ELEIÇÕES

Candidatos	CONCELHO DE ESPINHO					Freguesias Limitrofes			
	Espinho	Anta	Silvalde	Paramos	Guetim	S. Félix da Marinha	Oleiros	Nogueira	Grijó
R. EANES	5.121 68%	1.961 63%	1.591 48%	950 61%	480 71%	2.494 61%	891 56%	1.168 72%	2.569 63%
P. AZEVEDO	1.159 15%	527 17%	833 26%	331 21%	134 20%	869 21%	224 14%	182 11%	935 23%
O. PATO	689 9%	225 7%	278 9%	156 11%	21 3%	206 5%	260 16%	72 4%	183 4%
OTELO S. C.	565 7%	383 12%	566 17%	112 7%	43 6%	540 13%	218 14%	198 12%	407 10%
% de votantes	84%	88%	78%	75%		79%	81%	83%	
Votos nulos	31	23	16	17	3	10	9	2	12
Votos brancos	30	11	15	4	3	12	6	5	6

Decorreram sem incidentes — facto muito sublinhado por todos os meios de comunicação — as eleições para a Presidência da República.

Ramalho Eanes foi o eleito, há muito encontrado. Grandes linhas da sua campanha: a liberdade, a segurança, a defesa da Constituição.

Das declarações do candidato quando da sua passagem pela cidade de Espinho: «liberdade para tudo menos para viver à custa do trabalho dos outros; segurança para aqueles que se vêem intimidados quando lutam por melhores condições de vida».

Em toda a região, o movimento em torno do acto eleitoral foi enorme. Note-se a percentagem de votantes bastante superior à média no País. À hora do fecho das assembleias era grande o interesse das pessoas nos primeiros resultados. Para melhor ilustração fornecemos aos nossos leitores o quadro dos resultados no concelho de Espinho e freguesias limítrofes.

VIGOROSA A Polícia intervém

(Pág. centrais)



COOPERATIVISMO

Celebra-se, no próximo dia 3, o DIA MUNDIAL DA COOPERAÇÃO.

A efeméride vem-nos lembrar a importância que o movimento cooperativo tem no mundo inteiro, mesmo sem falar nos países socialistas. Bastará indicar, a título de exemplo, que na Inglaterra as cooperativas agrupam mais de 10 milhões de pessoas e que, na Suécia, quase metade de toda a sua população se encontra abrangida por elas.

Em Portugal, onde o movimento cooperativo sempre encontrou dificuldades e os seus defensores foram tantas vezes perseguidos, existem hoje cerca de 2.000 cooperativas. Constituídas, na sua maioria, depois do 25 de Abril, a sua importância e a sua força política nem pelos seus inimigos de sempre poderão agora ser esquecidas.

Convém, no entanto, acentuar que este número se atingiu, não porque se

tivessem criado as condições ideais para o seu desenvolvimento, mas pela vontade determinada dos trabalhadores que, através delas, conseguiram garantir os seus postos de trabalho, evitando o desemprego e a fome. Sem o movimento cooperativista, muitas mais empresas teriam fechado neste país, muito mais elevado seria o número de desempregados.

Sendo as cooperativas sociedades que não pretendem realizar o maior lucro possível, como as empresas capitalistas, mas procurando, antes, a melhor divisão possível do lucro que houver por todos os associados, elas desenvolvem o espírito de solidariedade entre os homens contribuindo para a sua formação integral e a sua realização pessoal.

Referimo-nos, até agora, aos dois

(Conclui na pág. 3)

O caos e a anarquia

Uma imagem da Rua 19. O solo revolvido, prédios destruídos. Um incómodo para quem circula. O preço que é preciso pagar pelo progresso: ruas mais transitáveis, o espaço habitacional mais adaptado às modernas necessidades.

Ainda há quem odeie o progresso. Uns chamam a isto: «o caos e a anarquia». Confundem, com a sua cretinice militante, os estados de transição com a obra acabada.

Outros, sem irem tão longe, põem em causa a necessidade de renovar. Destilam nos seus minúsculos cérebros os mais pueris argumentos contra quem é responsável pelas obras. Fosse o seu destino superior ao dos cães que ladram para a caravana passar e ainda a nossa terra seria um castiço conjunto de caminhos de areia com chorões e tufo de erva tão próprios ao pastar de bucólicas vacas...

MARÉ VIVA

SEMANÁRIO

Propriedade: «NASCENTE» — Cooperativa de Acção Cultural

Redacção — Apartado 43 ESPINHO

Director António A. Santos

Fizeram este número:

Adriano Cardoso — Américo Pinto — António Letra — António Capelo — António Santos — Augusto Mota — Carlos Rodrigues — Dário Capela — Ema Letra — Fátima Brandão — Fausto Neves — Jorge Catarino — José Carlos Gonçalves — Laura Gaio — Laurinda Cunha — Manuel Lopes — Márcio Cardoso — Margarida Azevedo — Moraes Gaio — Nuno Barbosa — Rogério Baptista — Ricardo Soares — Vítor Sousa

Colaboração especial:

Maria Hermínia Nunes — Rui Abrantes — Manuel Soares

Composição e Impressão Oficinas Gráficas da Casa Nun'Alvares — Porto

FARMÁCIAS

- Sexta-feira — Farmácia Paiva Rua 19 n.º 319 Telefone, 920250
- Sábado — Farmácia Higiene Rua 19 n.º 393 Telefone, 920320
- Domingo — Grande Farmácia Rua 62 n.º 457 Telefone, 920092
- Segunda-feira — Farmácia Teixeira Rua 19 n.º 46 Telefone, 920352
- Terça-feira — Farmácia Santos Rua 19 n.º 263 Telefone, 920331
- Quarta-feira — Farmácia Paiva Rua 19 n.º 319 Telefone, 920250
- Quinta-feira — Farmácia Higiene Rua 19 n.º 393 Telefone, 920320

NASCENTE

Uma cooperativa

NOTÍCIAS

CINEMAS

ALUNOS DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DO PORTO NA ACADEMIA DE MÚSICA

Deslocaram-se à Academia de Música, num saudável intercâmbio com os alunos locais, os jovens violoncelistas da classe da Prof. Madalena Sá e Costa, do Conservatório de Música.

A diversidade do programa e originalidade de alguns trechos para dois e quatro violoncelos, aliadas à já apurada execução de algumas das obras, cativaram a atenção de todos os que estiveram na Sala Auditório da Academia no passado dia 25 de Junho.

Foram intervenientes, além da professora, os promissores violoncelistas António Paixão, Angelina Monteiro, Fernão Vasco Ribeiro da Silva, Gisela Neves e Paulo Gaio Lima, com acompanhamento ao piano de Fernanda Salma e Fausto Neves.

Dado o êxito desta iniciativa, esperamos que mais do género se repitam.

I CONCERTO DO FESTIVAL DE MÚSICA

No próximo dia 7 de Julho vai realizar-se o primeiro concerto do Festival de Música sob a habitual organização da Academia de Música e patrocínio da Comissão de Turismo.

E para concerto de abertura não se poderia desejar melhor: o espectáculo está a cargo da Orquestra Gulbenkian, agrupamento que não necessita de muitas apresentações dada a sua excelente qualidade. A direcção está a cargo do maestro Silva Pereira.

Aqui fica o convite para o espectáculo do dia 7 a realizar no Casino pela referida orquestra que infelizmente já há alguns anos não tem podido deslocar-se a Espinho.

FESTIVAL DE INTERPRETES

Vai realizar-se mais uma edição do «Festival de Intérpretes», a terceira, realização que tem tido uma razoável afluência de concorrentes nos anos anteriores. As eliminatórias terão lugar nos dias 9 e 16 de Julho e a final no dia 24 do mesmo mês, todas estas provas decorrendo no Salão de Festas do Casino de Espinho.

A organização está a cargo do Casino, Sporting Clube de Espinho e Associação Académica de Espinho.

As inscrições são gratuitas, mas limitadas, e poderão ser feitas no Posto de Turismo até ao dia 6.

GOSTO PELO DESPORTO

O gosto pelo desporto, nem que este custe o assalto a um local onde o material desportivo exista, foi o que levou os jovens Carlos Alberto Ferreira (conhecido pelo «Carlos do Seis»), Anselmo Oliveira Clemente, Joaquim da Rocha Correia (o «Nibinha») e Fernando da Rocha Correia (o «Fernando Nibinha») a tentar assaltar o polivalente do Liceu para daí furtar material desportivo como algumas bolas para pontapear. Baldadas as tentativas — o polivalente estava bem fechado — os nossos jovens «assaltantes» não quiseram ir embora de mãos a abanar. Vai então, assalta-se a cozinha furtando daí material como facas (talvez para procurarem comer algo que não encontraram) e a biblioteca, donde furaram alguns livros (pelos vistos são letrados). Posta a polícia em campo estes novos assaltantes, todos do lugar da Congosta, em Anta, acabaram por ser descobertos, estando até à data detidos para averiguações.

NOITES DE VERÃO MAL ACABADAS

Todos sabemos que Espinho é lugar de veraneio. De dia há a praia, à noite, o Casino. Em Espinho entra, pois, gente de todos os géneros. Mais uma vez, isso se fez notar. Assim, enquanto o seu dono dormia descansadamente, um carro (GM-16-92 — Morris) era furtado em Gaia no passado dia 27. Os assaltantes, que pelo que soubemos são peritos no assunto, são: Gonçalo Aranha dos Santos, de 20 anos, solteiro, desertor da Força Aérea, empregado de mesa e residente no Porto.

O seu colega era José Augusto Araújo Pereira, (o «Zé Cigano»), de 21 anos, solteiro e residente em Gaia.

Pois o que aconteceu foi que estes não resistiram à tentação de dar uma volta por Espinho (talvez até gostassem de puxar a alavanca das «moedas»). Assim, foram encontrados pela polícia, no interior do dito automóvel, na Rua 33 por volta das 3.45 horas.

Saiu-lhe furado o passejo, tendo sido de imediato avisado o legítimo dono do veículo, que com o sono ainda não dera por isso.

HÁ MAR E MAR...

Do mar de Espinho muito se tem falado. Ainda na semana passada um soldado perdeu a vida na praia de Paramos. Chamamos, pois, a atenção para o ocorrido no passado dia 29 por volta das 13 horas, altura em que um numeroso grupo de jovens se havia adiantado um pouco no mar. A maré estava baixa, e de repente começou a encher, sendo a corrente muito forte. Dos jovens nadadores a aflição transpareceu para toda a praia. Apesar das deficientes condições do material de salvamento foram todos puxados para fora, não sem que o pânico, se apoderasse de alguns. Do acontecido, basta tirar lições. O mar é perigoso. Para quem mal sabe nadar, cuidado, pois!

Casino

DIA 2 — SEXTA-FEIRA — A CULPA FOI DO MACACO — Maiores de 6 anos

Um filme com os irmãos Marx. Por isso mesmo a não perder, podendo aproveitar a oportunidade e levar os seus filhos ao cinema. Trata-se dum dos poucos filmes para todos, que vão aparecendo.

DIAS 3 e 4 — SÁBADO e DOMINGO — A INGLESA ROMANTICA — Maiores de 18 anos

Há quem diga que o realizador (Joseph Losey) deste filme está em decadência, no entanto ainda consegue fazer filmes com um mínimo de interesse. A ver.

DIA 5 — SEGUNDA-FEIRA — STA. VISKY — O GRANDE JOGADOR — Maiores de 18 anos

Alain Resnais tem-nos dado filmes com uma leitura difícil, principalmente para aqueles que habituados a uma históriazinha muito bem seguida, não estão para pensar muito.

Para esses, talvez, este filme não seja o mais indicado.

DIA 7 — QUARTA-FEIRA — UM HO. MEM DE DUAS VIDAS — Maiores de 18 anos

Nada sabemos do filme. Apenas que há muitas vidas que precisam duma solução melhor. Quanto ao espectáculo em si, se quiser tentar, não nos responsabilizámos.

DIA 8 — QUINTA-FEIRA — DILLIN. GER MORREU — Maiores de 18 anos

Se já viu a «Grande Farra» e não foi dos que se impressionaram muito, tendo até gostado, então hoje tem outro filme de Marco Ferreri para ver.

S. Pedro

DIA 2 — SEXTA-FEIRA — O SARGENTO ROMPIGLIONI — Maiores de 13 anos

Sargentos há muitos, de diversas formas. Com este nome não conhecemos nenhum. Nem nos parece valer a pena.

DIA 3 — SÁBADO — BRAÇO VIOLENTO DO KUNG-FU — Maiores de 13 anos

Como já vem sendo hábito, também esta semana temos um «kung-fu». A ignorar.

DIA 4 — DOMINGO — OS CAMINHOS DA LIBERDADE — Maiores de 13 anos

O realizador, Ralph Nelson, mereceu uma certa confiança. Já nos ofereceu um filme, o «Soldado Azul», bastante polémico mas talvez por isso mesmo com certo interesse. Arrisquemos.

DIA 6 — TERÇA-FEIRA — OS ESCRAVOS — Maiores de 13 anos

Parece-nos ser um filme que pretende tratar das relações entre escravos e senhores, na América Latina. A primeira vista poderá parecer interessante, mas qual a sinceridade com que o realizador nos dá o panorama desta terra universal? Experimente.

DIA 7 — QUARTA-FEIRA — A GRANDE LUTA — Maiores de 18 anos

Numa semana dois abomináveis filmes de «karaté», ou a melhor e mais fácil maneira de se ganhar dinheiro sem grandes esforços.

Paramos

QUEM DISPARA PRIMEIRO ?

Tal como nos cinemas de bairro de Lisboa, também nas pequenas terras os filmes genericamente chamados de «cow-boys» fazem carreira.

Para quando uma alteração deste panorama ?

MASH

Filme que pretende satirizar uma guerra: a da Coreia.

Conseguiu-o em certa medida, no entanto pouco contribuiu para um esclarecimento correcto do que foi essa guerra.

CASA LUÍSA NOGUEIRA

João César da Costa

DEPÓSITO DE FRUTAS ★ VENDAS POR JUNTO E A RETALHO

Rua 16 n.º 750 ESPINHO Telef. 920304

Vende-se

Automóvel OPEL 1900/L

130 mil km. — 1.ª mão

Rua 7 n.º 497 — ESPINHO

PINTO DE MATOS

Médico Especialista ex-Assistente dos Serviços de Ortopedia das Universidades de Lausane e Edimburgo

Fracturas e Doenças dos Ossos e Articulações

Rua 19 n.º 364-1.º — Telef. 921218

ESPINHO

MOREIRA DA COSTA

CIRURGIA GERAL E VASCULAR

Rua 20 n.º 520-1.º — Telef. 921014

J. PINHEIRO DE MORAES

CLINICA GERAL

Rua 20 n.º 390 — Telef. 920452

MULHER - ELEIÇÕES

Uma constante das últimas semanas na vida do povo português e que atingiu o seu apogeu no dia 27 foram as eleições para a Presidência da República.

A mulher e a sua participação na vida política — uma necessidade e um direito.

Saímos.

Dia agitado de calor e pessoas.

«Porque foi votar? O que espera dum Presidente?»

Como mulher, qual a importância que dá à sua participação no acto eleitoral?»

Eis o que apurámos:

— Fui votar porque era o meu dever. Dum Presidente espero o que a maioria dos portugueses esperam, pelo menos aqueles que têm confiança num futuro melhor. Deve velar pelas classes oprimidas e acabar com a anarquia em

que vivemos, enfim, uma pessoa com quem possamos contar e que não esteja do lado dos capitalistas, dos ricos...

Sem dúvida que tem muita importância o voto da mulher, pois o seu voto contribui para se decidir alguma coisa. Visto serem as mais exploradas e desfavorecidas saberão, com certeza, utilizar o seu voto com mais justiça.

(professora primária)

— Fui, claro que fui. Porque acho que é um direito de todos. Todos devem votar. Para mim, o Presidente tem que ser um homem que olhe pela vida de toda a gente, que tome medidas para que haja trabalho e principalmente para aqueles vadios que andam para aí de noite. Quero um governo que permita a todos viverem bem. Pois, a mulher é importante que vote. Sim, se-

nhora, o povo deve ser livre para votar da maneira que entende.

(guarda de passagem de nível)

— Fui porque sou portuguesa e patriota. E trabalhadora. Toda a vida fui votar e nunca ninguém me mandou.

Tem que ser uma pessoa honesta, de pulso e cumpridora daquilo que promete e imparcial. Todos têm que ter um lugar ao sol... Com respeitabilidade e democracia. A mulher desde que seja digna e consciente das suas atitudes deve ir votar.

(dona de casa)

— Eu votei. Para a situação melhorar e para haver trabalhinho com força foi o que me levou a votar. Acho que todas as mulheres deviam ir votar, antes não se podia, agora deve ir tudo.

Tenho muita vida mas lá fui votar. Fui dar força a quem precisava...

(operária reformada)

Quisemos saber o que o Homem pensa acerca da participação da Mulher na cena política e qual, para ele, a sua importância.

— Ah, mas eu não sou mulher...

Está bem, está bem, estou a perceber. A minha opinião é de que a mulher deve ir votar mas primeiro deve consciencializar-se e saber onde vai votar.

Se as mulheres constituem a maior parte do eleitorado português porque não hão-de participar na política e tratar dos seus problemas e dar as suas opiniões?

Pois acho que é muito importante a participação da mulher na política...»

FESTAS A S. PEDRO

As Festas a S. Pedro, o último dos três Santos Populares que se tem por costume festejar nesta altura do ano, têm tido papel relevante no panorama anual das atracções turísticas de Espinho. Está, portanto, «Maré Viva» junto da Comissão de Festas para se inteirar dos seus objectivos, trabalho realizado e a realizar, enfim, poder dar aos leitores uma ideia correcta do que são as Festas a S. Pedro.

«A Festa faz-se aí há uns 8-10 anos, mantendo-se o povo de S. Pedro fiel a esta realização. Os organizadores são: António Calix, José Neto, António Pinho, Júlio Carneiro, A. Fonseca, Fernando Carvalho e A. Teixeira».

E quanto a dinheiro? E a colaboração?

«Servimo-nos das pessoas da zona, nas suas horas vagas, com peditório à população de Espinho e rifas. E a Festa não é melhor por não haver mais verba. Há ainda quem diga que andamos a mendigar, mas a realidade é que o programa deste ano é mais fraco porque tudo aumentou e diminuiu o dinheiro a utilizar».

Uma Festa profana e religiosa. Por um lado a Irmandade de S. Pedro, por

outro uma comissão rotativa escolhendo-se em cada ano a do ano seguinte. Desta vez quatro dias (2, 3, 4 e 5 de Julho), início na sexta-feira, encerramento na segunda-feira. Além da habitual parte religiosa (Missa Solene e Procissão), das barracas de divertimentos, dos «Zés Pereiras» e do fogo de artifício, música a dominar o programa: Bandas de Santiago de Silvalde, Bombeiros Voluntários de Avintes a contrapor aos habituais e desejados conjuntos. Os dados lançados na mesa para mais uma edição das Festas a S. Pedro. E quanto ao seu futuro?

«Existem tendências para a Festa acabar pelo pouco interesse do povo e pela maneira como somos acolhidos em algumas partes. E, por vezes, até é preciso perder dias de trabalho para tratar os vários assuntos que nos surgem. Mas estas realizações dão trabalho aos ornamentistas da terra, beneficiando não só estes, como outros ramos do comércio. Por outro lado beneficia o turismo, dá negócio às barracas de diversões, às bandas, etc.».

Terão que acabar este tipo de festejos? Com deficiências de fundo, incorrecções, vícios, a aspectos positivos a melhorar, a aproveitar, para que a tradição popular não morra, nem seja aproveitada como factor de alienação.

Para ser sócio da Cooperativa

Se o seu problema é não saber o que deve fazer para poder ter direito às vantagens que a Cooperativa NASCENTE lhe quer oferecer, nós explicamos:

1 — Preencha a ficha de inscrição e entregue-a a alguém ligado à Cooperativa ou envie-a pelo correio para o Apartado 43.

2 — Se não tiver ficha, envie o seu nome e morada para o mesmo Apartado e alguém o(a) contactará.

3 — Depois de preencher a ficha terá apenas que pagar uma quota mensal de 25\$00, com a

qual paga o «MARÉ VIVA» (semanal), as sessões que o Cineclub vai organizar todos os meses e terá direito a desconto em espectáculos de Teatro, além de outras vantagens que irão aparecendo.

Nota importante: no caso de vários membros da mesma família quererem ser sócios, só o primeiro a associar-se pagará 25\$00 mensais. Os restantes pagarão apenas 15\$00 por mês, pois para essa direcção enviaremos apenas um exemplar do jornal (daí o desconto). Os menores de 18 anos, não trabalhadores, pagarão 15\$00 (com jornal) ou 10\$00 (sem jornal).

MARÉ VIVA

interessa aos trabalhadores

COOPERATIVISMO (continuação da 1.ª pág.)

principais tipos de cooperativas: as de produção e as de consumo, isto é, aquelas que agrupam pequenos industriais ou agricultores e as que agregam certos grupos da população na sua qualidade de simples consumidores.

Outro tipo de cooperativas que, até em Portugal, vai tendo grande incremento é o das cooperativas culturais, como a NASCENTE, cujos objectivos são de natureza cultural, não tendo portanto quaisquer fins lucrativos.

Estas, como todas aquelas que inte-

gram o movimento cooperativo mundial, merecem e devem ser apoiadas.

É urgente, portanto, que o Governo revogue toda a legislação existente que entrava o seu desenvolvimento e faça promulgar legislação capaz de lhe dar o impulso de que necessita. E isto também, e até, porque o Governo não terá à sua disposição muitas, nem mais baratas, nem mais rápidas vias de introduzir algum fôlego na crise económica que, cada dia que passa, vai deixando acentuar mais.

Um santo popular, Duas festas!

A máquina do carrocel ronca num tom agressivo, ferrugento. O tal Art Sullivan de voz esganiçada, açucarenta, carinha de menino imberbe, aquele a que os publicitários chamam de «ídolo das jovens portuguesas» enche-nos os tímpanos de gritos que clamam uma tal «Genny», que não conhecemos de parte nenhuma. A menina de gritos histéricos, calças amarelas e olhar à boa maneira das «mulheres fatais» do espectáculo de celulóide, piscando os olhos em pastados de pinturas multicolores, estilo vanguardista, montada numa rudimentar girafa, ouvia deliciada os prantos do seu ídolo.

E, enquanto o carrocel rola lentamente ao bom estilo caracólico, as pessoas desfilam, ombro com ombro, iluminadas pelo luar e pelas exuberantes ornamentações. À procura de algo diferente, talvez escondido na barraca de tiros, no baile ao ar livre, no fogo de artifício, nas sardinhas ou no verde tinto.

Celebra-se um Santo Popular, motivo para mais uma romaria, mais um ajuntamento de centenas de pessoas, descontraídas no dia-a-dia, arrastadas por «slogans», por charlatães bem falantes, por mentiras camufladas, viven-

do de enganos, de rotina, de desespero abafado com o queimar do tempo. Mais uma festa popular, a continuar a tradição, a vestir de falsas alegrias uma tristeza que ainda não desapareceu!

O baterista espanca violentamente e ao bom estilo do Bruce Lee o tambor. As guitarras e o vocalista guincham.

Os pares colados, sonhando com platónicas paixões, vibram no arraial, entre suor e poeira. Na taberna as sardinhas pingando nos pratos esburacados, misturadas com broa, goelas refrescadas, moedas tilintando no bolso do desgrehado taberneiro.

No restaurante elegante, também se celebra o Santo Popular. Com ceia requintada, servida em resplandecentes bandejas, orquestra de renome, pelo menos no dizer dos cartazes, fraques reluzentes, taças de champanhe, risos abafados pelas «boas normas» de educação, apalpos elegantes, risos amarelos, gordas notas na carteira, charuto no canto da boca, conforto no estômago.

Um mesmo Santo, duas festas. Contradições que permanecem nesta sociedade!

O caso «Vigorosa»

O conflito de trabalho que se arrasta, há três meses, na fábrica «Vigorosa», e de que temos dado completa notícia aos nossos leitores (facto que valeu a elementos da Cooperativa Nascente alguns «mimos» da parte do jovem patrão), assumiu, no princípio da semana, novos aspectos.

Exasperados pela espera, os trabalhadores decidiram retomar o trabalho. A entidade patronal reagiu pedindo a colaboração da Polícia que acedeu com uma prontidão e um zelo a que já nos tinha desabitado.

Sobre o assunto recebemos, com pedido de publicação, o seguinte comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos.

COMUNICADO

Os Trabalhadores da «VIGOROSA» estão há três meses em greve, lutando pelo cumprimento da PRT dos Metalúrgicos e dos acordos estabelecidos entre a entidade patronal e os Trabalhadores, aos quais a entidade patronal posteriormente se furtou.

Face à situação gravíssima em que se encontram as dezenas de trabalhadores e consequentemente as suas famílias, os Trabalhadores da «Vigorosa» não podiam aceitar tal situação indefinidamente.

Assim, decidiram os Trabalhadores retomar o trabalho.

Perante tal decisão, o patrão responde com o «lock-out» entregando as chaves do local onde se encontram as matérias-primas, à polícia, que ocupa as instalações.

Ao procederem à ocupação e aceitação das chaves, as forças da ordem dão cobertura às manobras reaccionárias do patrão e às suas tentativas de «lock-out», ultrapassando mesmo os organismos oficiais competentes, nos quais está em vias de resolução o conflito laboral existente.

As forças da ordem chamadas muitas vezes pelos organismos oficiais, nomeadamente pelo Ministério do Trabalho, para cumprir deliberações do Governo (caso da Vouga, Manuel Gonçalves, Coronado etc.), não actuam.

Será porque se trata de defender os interesses dos Trabalhadores?

As forças da ordem, contudo, e numa situação grave como aquela em que se encontram os Trabalhadores da «Vigorosa», ocupam o local onde se encontram as matérias-primas, impedindo que os Trabalhadores consigam novamente voltar a laborar.

Será porque se trata de defender as posições da entidade patronal que a polícia agora já actua?

— A LUTA CONTINUA!
— OS TRABALHADORES UNIDOS E ORGANIZADOS VENCERÃO!

Riomeão, 29 de Junho de 1976.

Pela Direcção,

(Carlos Oliveira A. Marçal)

Tapeteiros — Novas tabelas salariais

RECTIFICAÇÃO

Sob o título em epígrafe publicou o «MARÉ VIVA» as novas tabelas salariais para os tapeteiros.

Porém, por lapso, a linhas 6 e 7 da 2.ª coluna do mapa, escreveu-se «Tapeteiro manual de 1.ª» e «Tapeteiro manual de 2.ª» em vez de «Tapeteira manual de 1.ª» e «Tapeteira manual de 2.ª», a que correspondem respectivamente os salários em vigor desde 1-3-76, de 4 900\$00 e 4 850\$00.

Pelo erro pedimos desculpa aos nossos leitores.

Aproveitamos para informar que, nos termos da arbitragem, os retroactivos em dívida aos trabalhadores desde 1-3-76, terão de ser liquidados no máximo até 31 de Dezembro do ano corrente.

As novas num terreno entre o bairro e o ribeiro, que terá de ser expropriado. O apoio económico virá do Fundo de Fomento da Habitação. Queremos que parte do bairro seja declarada zona degradada de maneira a que este processo avance mais depressa e se acabe com as barracas miseráveis onde chegam a viver várias gerações de membros da mesma família, avós, netos, filhos, genros, etc. Nesse terreno será ainda construído um pequeno parque recreativo para as crianças e o ribeiro que lá passa será arranjado para evitar os cheiros e outros maus aspectos.

Depois de construídas as casas novas e de se instalarem aí as famílias em piores condições, as suas antigas casas serão arranjadas para outras pessoas. Todo este nosso sonho só depende para se realizar, da declaração de zona degradada e da expropriação de algumas casas. Mas tem sido muito difícil, porque o apoio que a Câmara nos tem dado não tem sido nenhum, não tem contribuído em nada para que a nossa luta tenha um bom fim. Ainda há pouco tempo os serviços técnicos mandaram um ofício para Lisboa em que diziam que as casas até nem estão em muito más condições. Ora isto é falso porque a grande maioria das casas e a totalidade daquelas cuja expropriação se pretende são péssimas.»

Disse outro amigo:

Vitória dos Metalúrgicos

Após alguns dias de paralisação, os trabalhadores da «Fernando Soares de Oliveira», de Argoncilhe, alcançaram o seu objectivo: a integração de quatro camaradas de trabalho, entre os quais um delegado sindical, arbitrariamente suspensos pela administração da firma.

O conflito havia surgido em 24 de Maio último, com uma paralisação de trabalho decidida pelos operários para cumprimento da Portaria de Regulamentação de Trabalho para a Indústria Metalúrgica e Metal-Mecânica, em vigor desde 1 de Junho de 1975.

Tal paralisação, interrompida quatro horas após o seu começo pela intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro que aconselhou os trabalhadores a aguardar o resultado de uma sindicância à firma para aquilatar da veracidade do argumento utilizado pelo patrão para o não cumprimento da Portaria — falta de matéria-prima —, originou a primeira suspensão de dois operários à qual se seguiu a de outros dois.

O pretexto foi, primeiro, o roubo de umas chaves e, depois, a acusação de «pressionarem e coagirem os seus companheiros de trabalho a fazer greve».

Esgotadas as hipóteses de solução do conflito por via pacífica com a intervenção da delegação da Secretaria de Estado do Trabalho de Aveiro, os tra-

balhadores solidarizaram-se com os suspensos e iniciaram uma nova paralisação de trabalho até reintegração dos seus companheiros.

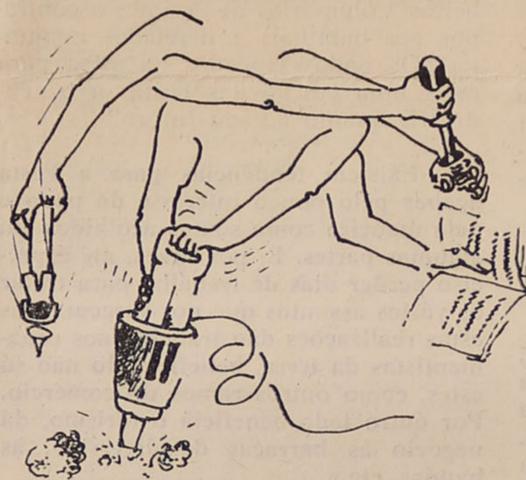
Em resposta, o patrão recruta desalojados das ex-colónias e põe a firma em laboração.

Tal atitude levou o Sindicato dos Metalúrgicos a mobilizar os seus associados que, em número de cerca de 3000, compareceram em Argoncilhe, vindos de vários pontos do Distrito.

De imediato constituiu-se nova comissão «ad hoc» que devia encontrar uma solução para o conflito, o que veio a suceder pelo fim da tarde desse dia 23 de Junho.

Das negociações então havidas resultou: a reintegração imediata dos trabalhadores suspensos; o fim da paralisação e o reinício do trabalho pelas 8 horas do seguinte dia 24; a constituição de uma comissão de inquérito formada por um representante do Ministério do Trabalho e um representante de cada uma das partes interessadas — Sindicato e empresa — para averiguação de responsabilidades.

No final da concentração e após a leitura da acta da reunião, os trabalhadores metalúrgicos deram largas à sua alegria pela vitória tão duramente alcançada graças à sua unidade e solidariedade.



TRABALHO

MARINHA — MUITAS PERGUNTAS, POUCAS RESPOSTAS

Uma organização popular formada em Novembro de 1974, com o fim de lutar pelos interesses da população nessa zona desde sempre tão esquecida. Fazendo parte da cidade, na prática tudo parece ter sido feito para isolar o bairro: é a falta de transportes, é a distância a que foi construído, é a marginalização constante e que ainda hoje é evidente. Para saber o que tem sido feito dentro das actividades da Associação, com existência legal reconhecida e com um processo de formação que ninguém da zona contesta, já que foi eleita em amplas reuniões de moradores, passámos parte de uma tarde em contacto com os srs. Alvaro Leite, Leonel Matos, Manuel Pais, Maurício Pinto e Alice Leite que nos mostraram algumas das realidades de uma zona que de turística pouco tem, embora os comerciantes locais paguem a respectiva taxa.

Entre os muitos problemas que fomos ouvindo explicar o mais importante e que mais luta tem dado à Associação é a questão da habitação. Ouçamos um dos nossos entrevistados, o sr. Alvaro Leite:

— Como toda a gente sabe, as condições de habitação da maioria das famílias deste bairro são muito fracas. Por isso o SAAL enviou para cá uma brigada que desenvolveu um grande trabalho na recolha de elementos e acabou por fazer um projecto para a construção de ca-

— O processo está todo pronto. Eu já o vi na Secretaria de Estado, só falta a expropriação do terreno. Se conseguirmos isso, tencionamos também prolongar a Rua 2 de modo a atravessar o bairro. E já que falamos em ruas, não nos esqueçamos de que a Câmara já prometeu mandar asfaltar as ruas do bairro, o que nos parece estar para muito breve. Nessa altura também deviam aproveitar para dar maior inclinação às ruas para se evitar as inundações que já têm acontecido.

E continuou outro dos nossos entrevistados:

— A questão é a Câmara apoiar. Mas eles têm um mal entendido qualquer com o SAAL e no meio dessas discussões, a população da Marinha é que fica prejudicada. O nosso desejo é que resolvam as coisas e o processo avance.

Mas nem só a questão da habitação é problema na populosa zona. Muitas outras deficiências nos foram apontadas, com a vontade de quem quer ver melhorada a sua condição de vida, pois como ser humano tem direito a dignidade, conforme referiu outro elemento da Associação:

— De facto os nossos problemas são muitos. Um deles é a questão do lixo. Já pedimos para aqui um varredor para fa-

zer limpeza, mas até agora nada. Gostaríamos, ao menos, que os homens do camião do Exo não deitassem tanto para o chão. Mas quanto ao lixo ainda há outro aspecto: é o caso dum grande cano de esgoto que transporta todas as porcarias da parte da Rua 31 para cá e é despejado aqui junto à praia, ao lado do paredão.

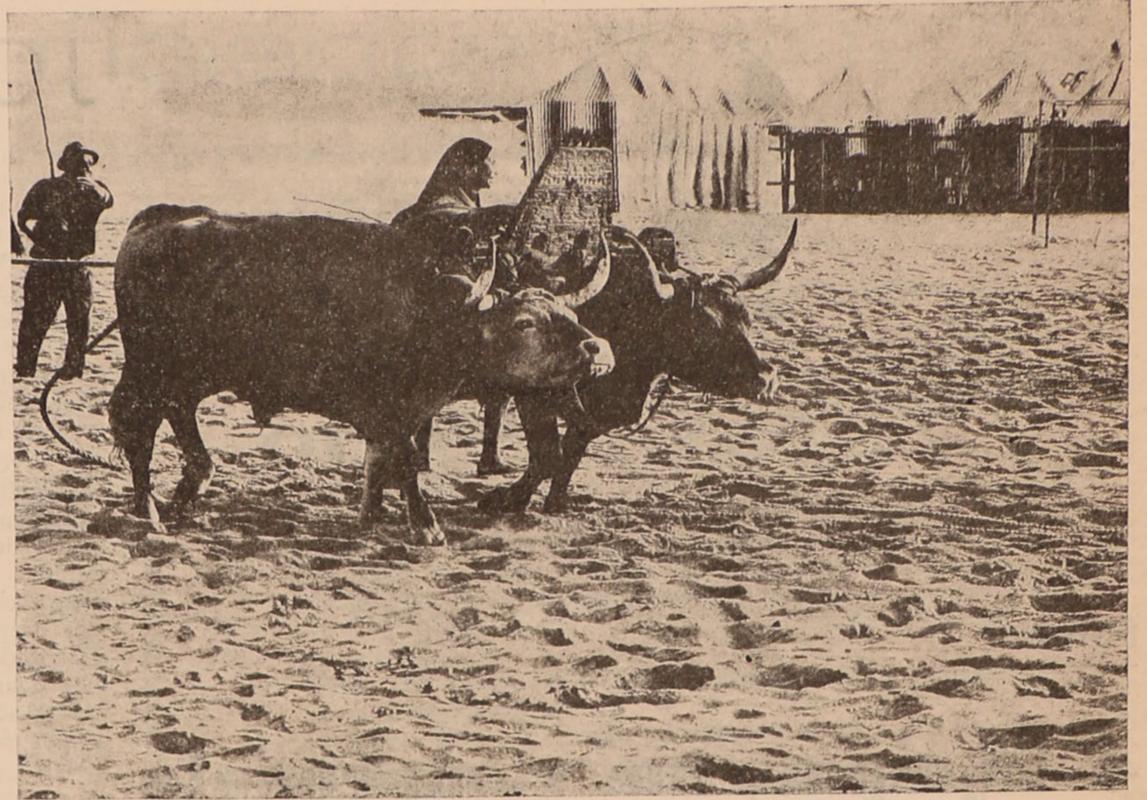
Outro assunto é a falta de policiamento nesta zona. Surgem aqui muitas vezes problemas que se poderiam resolver com a presença de um guarda. Além disso, o isolamento do bairro leva-nos a ter dificuldades de transporte, o que se torna mais grave ainda nos casos de doentes a transportar, porque os táxis muitas vezes se recusam a vir aqui. E, quando queremos chamar algum, nem telefone público temos.

Mas embora isto seja uma zona muito prejudicada, nem por isso o delegado de saúde aparece por cá mais vezes. Temos mandado para lá tantos papéis, mas nunca mais o vemos deslocar-se aqui regularmente.

Este um resumo da longa conversa que tivemos com elementos da Associação de Moradores da Marinha. Levantaram os seus problemas e várias vezes se referiram à Câmara e ao S.A.A.L. Por isso esperamos publicar no próximo número depoimentos daquelas duas entidades.

Pesca de Arrasto em Espinho

— « Isto não é vida para me manter... »



1. O que é a companhia da pesca em Espinho

É com um capital de mil e tal contos (dois barcos — um ao serviço, o outro na reserva, redes, cordas e demais apetrechos de pesca) e quarenta e nove pescadores (de Espinho, Paramos, Ovar e Esmoriz), entre os quais um arrais de terra e um arrais de mar, que a companhia funciona.

Saber pescar é perceber de redes, águas, marés, peixe, tempo, luas, barcos. Vinte e três pescadores de mar e vinte e seis de terra consertam as redes, lançam o barco ao mar, governam-no, atiram as redes e trazem para terra o saco com fanecas, sardinhas, cavalas, chicharro, robalo, carapau.

Contrariamente ao que se passa, por exemplo, em Paramos, aqui em Espinho, a rede é puxada por bois. A este respeito, dizem-nos os trabalhadores:

«Usamos dez juntas que custam cento e cinco escudos cada uma, por lanço. Se se usassem tractores, cada lanço ficava aí por uns setenta escudos em gasóleo».

«O dono disto não quer gastar dinheiro na compra de tractores».

«Sabe, neste areal, pequeno e muito inclinado, o tractor não pode trabalhar como acontece noutras praias».

Por fim, contactamos um dos patrões:

«Não, o facto de o areal ser inclinado e curto não é problema, tanto mais que os tractores trabalhariam ao longo da costa. A questão principal é que é muito dinheiro a investir, e, de um momento para outro, se se nacionaliza isto tudo...»

Enquanto o barco anda ao mar, as peixeiras (normalmente, mulheres dos pescadores) esperam na praia. Chegada a rede, a tarefa seguinte consiste na venda da pescaria. O peixe é posto na areia, separado em macolas, as peixeiras interessadas na compra formam uma roda e a vendedeira (neste caso, a mulher do arrais de terra) começa a deitar o preço. Cada macola começa com um preço que é tanto maior quanto menor a pescaria. O preço vai subindo enquanto as peixeiras estiverem dispostas a cobrir os lanços umas das outras. Depois da compra, normalmente a crédito de um, dois, três ou oito dias, as peixeiras espalham-se pelos arredores gritando «Quem quer peixe vivo do nosso mar».

Como se vê, o peixe de Espinho não passa pela lota, que somente funciona com o que vem de fora. Perguntando o porquê, disseram-nos:

«O peixe do nosso mar não dá para vender na lota; vende-se todo, mal sai

do mar; quando há muita fartura, vêm camionetas que o levam para o interior».

2. Quanto ganha um pescador?

É do mar que os pescadores tiram o seu sustento e o dos seus. No início da companhia, quando da sua matrícula na capitania, recebem uma soldada, fixada por lei, que varia entre os dez e os vinte contos, conforme o lugar ocupado por cada um (requintadores, metedores, remadores, arrais, reparadores de redes, etc.).

Quando o barco vai ao mar (o que só é possível entre Março e Setembro) recebem ainda a percentagem sobre o total de cada lanço e a teca (um por mil do valor do pescado, quando este é superior a três contos).

Ao contrário da teca, a percentagem não é igual para todos, variando com o merecimento pessoal, indo desde dezassete por mil para cada um dos arrais, a oito por mil, em média, para os pescadores de mar e seis por mil, também em média, para os de terra.

De tudo isto resulta um rendimento de nível muito incerto, não atingindo, ainda por cima o do salário mínimo nacional. Com efeito, para que cada pescador pudesse ganhar quatro contos por mês, seria necessário que o total dos lanços, por ano, andasse à volta de dois mil e quinhentos contos. Se a isto somarmos o desgaste de material e outros encargos, nomeadamente, os encargos sociais e se nos lembrarmos que nos últimos anos o rendimento da companhia tem rondado os dois mil e tal contos, imediatamente se poderá concluir que a trabalho duro e arriscado corresponde pouco dinheiro.

Em consequência, o pescador, para sobreviver, terá de fazer alguns biscatos por fora: golfe aos fins-de-semana, venda de lotaria, trolha, engraxador, carregar e descarregar materiais e tudo o mais que possa aparecer.

3. A pesca, que futuro?

«Dantes, minha senhora, isto é que era dar peixe. Havia caranguejo, carapau, chicharrinho, faneca, raia, tudo à farta. Às vezes, os lanços davam tanto que as terras eram estrumadas com sardinha e caranguejo».

«Antigamente, só barcos eram quatro, e o pessoal andava à volta das setenta pessoas».

Assim falam as mulheres dos pescadores e seus homens, dos tempos que já lá vão. O mar dava muito peixe mas não lhes deu o necessário para os tirar

da miséria. Actualmente, um dos seus objectivos é alcançar um salário fixo mensal de quatro contos. No entanto será isto possível continuando tudo como está?

Sobre este problema e suas causas, dizem-nos os pescadores:

«Olhe, Deus é que quer. Isto agora não dá nada, principalmente de há três anos a esta parte. O tempo e as águas modificaram-se. Além do mais, há muita armação a meter peixe. É Leixões, Afurada, Viana, Setúbal, Figueira da Foz».

«A costa está muito estragada. Os paredões não resolvem nada. É ver o mar a parti-los e a desfazê-los todos os anos. Aqui, só coisa firme como a doca de Leixões. Isto não é assunto para calhaus, mas para blocos de muitas toneladas».

«Quando isto não dá, lá temos nós de ir ao penhorista levar o nosso ouro ou as nossas limpezas boas. E olhe que ainda há muita gente daqui que vai buscar o caldo e o pão à cantina».

«O que eu queria, é que os meus

netos arranjassem uma arte com féria certa e menos arriscada».

«A pesca? Só aqui estou porque, agora, não arranjo emprego em lado nenhum».

«Ajudo na pesca enquanto estiver na tropa. Depois, isto não é vida para me manter a mim e aos meus. Vou mas é lá para fora, onde estive antes de vir prestar o serviço militar».

Quem sabe da pesca não tem dinheiro para pôr a companhia a funcionar. Quem tem dinheiro, quer ganhar o lucro e o problema que se põe, é saber se a pesca, artesanal e tal como está organizada, pode assegurar um nível mínimo de vida a quem nela trabalha. Ora, aqui é que as coisas batem. Se nada se fizer pela pesca, nesta zona, quem vai ficar prejudicado? Os que não podem ganhar grandes lucros ou os que fazem do mar a sua arte? A resposta só poderá vir da parte de quem tira da pesca o seu sustento. A tarefa não parece nada fácil, mas continuando assim o que podem esperar os pescadores?

GREVE DOS INSTRUTORES DE CONDUÇÃO

Fila de carros de instrução estacionados fora dos locais habituais é o sinal exterior, nesta cidade, da greve que os instrutores desencadearam no passado dia 16. Na origem do conflito, o recente aumento das tabelas do Ensino de Condução — 40 por cento — que a entidade patronal pretendia fazer reverter inteiramente a seu favor, e que desde o início, não teve a aprovação do Sindicato. Os trabalhadores reagiram ao sentirem assim aumentada a sua exploração. Mas, affiançou-nos o Delegado Sindical local, estão dispostos a abandonar as suas pretensões caso seja o público a beneficiar, o mesmo é dizer, caso as escolas baixem de novo os preços que praticam.

Cientes das perturbações que esta

situação causa, quer a candidatos a encartamento, quer aos Serviços da Direcção-Geral de Viação, os instrutores manifestaram-se dispostos a comparecer ao serviço de exames. Esta hipótese foi recusada pelos patrões que, afirmaram, iriam eles próprios fazer os exames. Face à quantidade de «patrões», que vêm surgir no átrio da Direcção-Geral, os instrutores temem o endurecimento da luta e apelam aos candidatos a encartamento para que não compareçam nos locais de exame a fim de evitar que se vejam envolvidos em possíveis confrontações.

Em Espinho trabalham nove instrutores que esperam, apesar das pressões patronais em sentido contrário, dos alunos a seu cargo, a melhor compreensão.

À População

As Receitas e Despesas das Comissões de Festas de Espinho (desde 1968) sempre estiveram e continuam à disposição de quem as quiser consultar.

A COMISSÃO DE 1976



Futebol

4 Equipas, um campeonato

Terminada a época futebolística para os clubes da região que militam na 2.ª Divisão Nacional (Espinho, Lourosa, Lamas e Feirense), pensamos fazer um balanço dos seus comportamentos no referido campeonato.

Começando pelo **Lourosa**, que se classificou em 3.º lugar, começamos por dizer que tal classificação foi para nós uma surpresa. E foi uma surpresa, já que à partida havia equipas com um plantel superior ao do Lourosa, e que, em face disso, tinham aspirações a posições cimeiras. O Lourosa, no entanto, fez inteiro jus ao lugar que ocupou, porquanto evidenciou uma regularidade notável ao longo de todo o campeonato.

Passando seguidamente para o **Lamas**, classificado em 7.º lugar, parece-nos não ter espantado ninguém esta classificação, porquanto os rapazes do Lamas evidenciaram valor suficiente para ficarem na primeira metade da ta-

bela. Esta classificação poderia ter sido melhor, não fora uma certa quebra evidenciada nos últimos jogos, que tirou ao Lamas as hipóteses de ficar num dos 5 primeiros lugares.

Quanto ao **Espinho**, que se classificou em 9.º lugar, foi para nós uma decepção. E foi uma decepção pois das 4 era a que se apresentava à partida melhor apetrechada. No entanto, houve diversos factores que influíram no rendimento da equipa, nomeadamente as lesões, castigos e a interdição do campo. Além disso, pensamos que um certo vetetismo à partida terá influenciado negativamente o rendimento da equipa.

Finalmente, temos o **Feirense** que se classificou em 15.º lugar. A equipa da Vila da Feira era das 4 a que menos pretensões tinha, e foi o que se veio a verificar. Andou quase sempre a lutar para fugir à zona perigosa, o que viria a conseguir.

Dário Capela

PRÁTICA DESPORTO

Hóquei em patins

Campeonato Regional de Infantis

Carvalhos. 2 — A.A.E. (B), 1

A.A.E. (A), 11 — E. Fis. Norte, 0
(4-0 ao intervalo)

Mais um jogo fácil para os miúdos da Académica (A), que prosseguem imparáveis a sua carreira. Se a primeira parte foi um pouco «morna», na segunda a A.A.E. usou de maior velocidade, sobretudo pela iniciativa de Vítor Hugo, e daí o maior desnível no resultado.

Uma bela exibição que mereceria mais público, que parece não se interessar por jogos sem emotividade. Mas a emotividade não é tudo e estes miúdos

produzem hóquei mais interessante que algumas equipas seniores.

Já agora aproveitamos para fazer uma rectificação: contrariamente ao que noticiamos no nosso último número a equipa «A» infantil da A.A.E. não perdeu por 0-1 com o Valongo mas venceu por 9-1. As nossas desculpas aos leitores e... aos jovens hoquistas, está claro.

JOGOS OLÍMPICOS

Já no próximo dia 16, os portugueses terão a oportunidade de seguir pela T.V. o desenrolar dos Jogos Olímpicos de Montreal. É inegável que estaremos em presença de um espectáculo de alta qualidade que, para além do mais, trará uma grande vantagem: o afastamento de grande parte da programação normal da «nossa» televisão...

Teremos assim o privilégio de acompanhar de perto os momentos mais altos da competição a que, na maior parte dos casos, não faltará a beleza estética que sempre está ligada à prática exemplar da maioria das actividades desportivas. Outro aliciante será a distribuição das medalhas que acabará por ficar como o balanço final dos Jogos e acerca da qual cada um tira as suas conclusões quanto à realidade desportiva e social de cada país. E assim se compreende como os Jogos Olímpicos sejam encarados por muitos governos como um confronto político, onde o desporto vai afirmar a eficiência da sua organização social.

À volta deste problema e do amadorismo ou não dos atletas muita controvérsia se tem gerado, o que não tem evitado que os Jogos prossigam e ganhem cada vez maior importância mundial.

Portugal não poderia ignorar esta realidade e assim se constituiu uma pequena equipa olímpica que, como sempre vem acontecendo, não vai partir para Montreal com a ilusão de grandes feitos que vão reunir as atenções do mundo inteiro.

Só Carlos Lopes, à custa de muito trabalho e dedicação, parece emergir da vulgaridade a nível internacional dos demais representantes portugueses. Os resultados que já alcançou fazem esperar legitimamente boas marcas.

Independentemente da classificação que venha a obter, o atleta português serve para provar que a prática do desporto não é privilégio de raças e que, se houver um trabalho de fundo, se tornará realidade a legenda lançada pela Direcção-Geral dos Desportos «Desporto, Direito do Povo».

E então os desportistas de grande nível aparecerão em maior número e poderão servir para estimular os jovens para a prática do desporto. Foi já um bom exemplo do caminho a seguir, a deslocação de alguns dos nossos atletas olímpicos a escolas primárias, o que será com certeza uma excelente motivação das crianças para o desporto.

Mas voltando às Olimpíadas propriamente ditas. Se a Televisão vai documentar o aspecto competitivo dos Jogos, outro aspecto porventura mais importante ficará ignorado dos milhares de espectadores: o dia-a-dia na Aldeia Olímpica, a convivência entre atletas dos mais variados países, as amizades que se criam ultrapassando barreiras que a alguns pareceriam intransponíveis. Em suma, a afirmação de que a amizade entre os povos pode ser uma realidade aceite por todos e de que os Jogos Olímpicos são disso uma prova evidente.

Empresa Gráfica de Seixezelo

DE

Cardoso & Valentim, Lda.

APARTADO 13

SEIXEZELO
ARGONCILHE

Nós e o leitor

Motivada pelo nosso artigo sobre um caso de trabalho na Idanha, recebemos uma carta do nosso leitor sr. José Ramiro Coelho, de que transcrevemos as partes mais significativas:

«Senhor Director:

Tantos casos no lugar da Idanha para o jornal abordar e que passaram em vão, o repórter passou por cá, mas ao longe dos acontecimentos. É pena, mas ainda é cedo para exigir, pois o tempo ainda não foi o suficiente para fazer profissionais. Mas há tantos anos que conheço o jornal da terra e se me não engano nunca se falou no lugar da Idanha.

Daqui os meus agradecimentos e os

agradecimentos com certeza de todos aqueles que sentem o brio do próprio lugar, pois nos parece que as aldeias de Espinho têm um jornal que gosta de respirar os ares puros dos pinhais e dos campos do povo trabalhador».

Quanto a algumas perguntas sobre vários assuntos locais e outros que o leitor nos faz, iremos respondendo nos próximos números. Para já e no que se refere às questões sobre o «MARÉ VIVA», podemos dizer que a equipa é formada totalmente por amadores, que fazem todo o trabalho (excepto o tipográfico) e que esperamos merecer o apoio cada vez maior dos nossos leitores actuais e futuros.

MARÉ VIVA

**Um jornal que precisa de ti.
Escreve-nos. Critica-nos.**

CRIANÇA deficiente mental

Dentro do espírito do Direito 5.º da Declaração dos Direitos da Criança, perguntamo-nos o que é que, no Concelho de Espinho, se tem feito no sentido de melhorar a situação das crianças inadaptadas.

Soubemos da tentativa da criação de uma Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas (CERCI) e quizemos junto de pessoas a ela ligadas, as sras, Lígia Loureiro e Fernanda Ribeiro, saber quais os objectivos que têm em vista e o trabalho realizado e a realizar futuramente.

Assim, foi-nos dito que a ideia de formar esta Cooperativa nasceu da livre vontade de um grupo de pessoas que ao aperceber-se do baixo rendimento escolar existente no Concelho de Espinho, resolveu esforçar-se para a criação dum estabelecimento de ensino especial.

— «A Cooperativa é uma necessidade, pois o número de crianças inadaptadas é significativo. Na minha freguesia, Anta, existem 69 crianças, em idade escolar, dos 7 aos 14 anos, que esperam o benefício da Cooperativa. No entanto a iniciativa da Cooperativa terá que ser de toda a população» (Lígia Loureiro).

A Cooperativa tentará promover a reintegração social da criança deficiente e prepará-la para o ensino normal. Crê-se também, que a Cooperativa será alargada no plano da assistência médica, parti-

cularmente durante a gravidez e parto junto das populações mais necessitadas.

— «Porém, acho que não basta criar-se a Cooperativa única e simplesmente. Urge que sejam transformadas as condições de vida de todo o povo para que não haja uma produção contínua de crianças inadaptadas. É preciso analisarmos o porquê da existência dessas crianças. E nos meios mais pobres — onde existe maior índice de alcoolismo, subalimentação, falta de assistência materno-infantil e habitação condigna, etc. — que há maiores possibilidades de se desenvolverem crianças diminuídas. Assim, é imprescindível que se combata urgentemente o alcoolismo e se assista dignamente os trabalhadores rurais e pescadores que ganham magros salários» (Lígia Loureiro).

Para tomar conhecimento do número de crianças inadaptadas no Concelho de Espinho a Comissão da Cooperativa optou pelo trabalho conjunto com as Comissões de Pais das escolas primárias e respectivos professores e ainda através do Centro de Saúde de Espinho que, vacinando as crianças, poderia constatar da sua deficiência. Porém, o Centro de Saúde — segundo cremos — será pouco capaz pois a vacina é praticada por enfermeiros e haverá inúmeros casos de inadaptação que não serão detectados. Quanto aos médicos particulares, a sua colaboração tem sido nula. A Comissão enviou cartas pedindo ajuda dos médicos e não obteve resposta.

O ENSINO ESPECIAL É PARA TODOS

A nível de subsídios, a Cooperativa — mal esteja de pé — conta com a colaboração do MEIC, IASE, Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério dos Assuntos Sociais e Centro de Saúde Mental de Coimbra. Calcula-se que as despesas de alimentação das crianças, remuneração de professores especializados, psicólogos, e pessoal auxiliar sejam bastante elevadas. Mas para que a Cooperativa funcione é necessário uma casa. Após muitas sugestões, visitas a edifícios que a princípio pareciam satisfazer os requisitos necessários para a criação da escola, nada se conseguiu. Entretanto, continua-se a procurar uma casa que reúna boas condições de habitabilidade, salas amplas, poucas escadarias, com possibilidades de montagem de oficinas, parques para crianças, recreio interno e externo.

No que diz respeito à recepção de crianças deficientes, a Cooperativa ainda não decidiu se receberia crianças com deficiências acentuadas ou com deficiências fracas. Talvez a longo prazo se faça uma ampla cobertura das crianças diminuídas. Também o facto da criança ter dificuldades económicas não a coloca à margem de frequentar o ensino especial.

— «Para mim, o fundamental seria a

OBJETIVOS DA CERCI

(art.º 3.º dos Estatutos)

- Assegurar a execução dos princípios básicos adiante referidos;
- Promover a adaptação de crianças deficientes, a adaptação destas e da família e sua reintegração na sociedade;
- Criar nos locais apropriados todas as infra-estruturas necessárias àqueles fins, designadamente escolas;
- Preparar a educação «social» mediante uma melhor integração no meio familiar e local;
- Promover todos os esforços no sentido de dinamizar os pais, as pessoas interessadas e a população em geral, prestar e aceitar colaboração activa de todas as pessoas singulares e colectivas que visem fins idênticos aos da Cooperativa, através de todos os meios de informação e formação disponíveis;
- Preparar a integração da criança inadaptada nos estabelecimentos de ensino normal;
- Promover entre estudantes de todos os níveis o conhecimento deste grave problema e motivá-los para uma futura opção sócio-profissional relacionada com a resolução do mesmo.

edificação do Serviço Nacional de Saúde para que a mãe grávida e as crianças que nascerem sejam assistidas convenientemente. Só com a criação de melhores condições de vida é que se resolve o problema dos inadaptados. Faço votos para que as pessoas que detêm o poder, não só incentivem a formação de mais cooperativas para a reeducação de inadaptados, mas comecem a construção da sociedade que há tanto tempo o povo espera e não se vê chegar» (Lígia Loureiro).

Para terminar dois apelos da parte da Cooperativa: o primeiro dirige-se aos pais das crianças inadaptadas no sentido de contactarem com a Cooperativa que, semanalmente, se reúne na Câmara, e ajudarem a sua formação; o segundo vai para as pessoas que, financeiramente desejem contribuir para esta obra, certamente de proveito colectivo.

NOTA FINAL:

A partir dos dois artigos apresentados, podemos fazer um pequeno resumo daquilo que está na origem da deficiência mental e inadaptação de grande número de crianças:

— **factores biológicos:** elevado índice de alcoolismo, casos de tuberculose e anormalias hereditárias;

— **factores sociais, económicos e culturais:** habitação precária, falta de higiene, de assistência médica materno-

infantil, baixo salário, subalimentação e baixo nível cultural;

— **factores afectivos:** necessidade de carinho das crianças, sobretudo nos meios familiar e escolar.

Porém, o simples apresentar das causas de deficiências e inadaptação não basta para a sua resolução. É evidente que este problema existe em grande profundidade nos meios mais desprotegidos social e economicamente. Daí que a sua resolução deva partir fundamentalmente da organização destas pessoas, exigindo das entidades oficiais a aplicação das medidas necessárias para que não mais aconteça a «produção contínua de crianças inadaptadas», como sublinha Lígia Loureiro.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ESPINHO

Anúncio

Pelo Juízo de Direito desta comarca, na Acção Ordinária de Divórcio, movida pelo autor ANIBAL JOSE DE PINHO PINHAL, casado, operário, morador na Rua 37-A n.º 93, contra a ré MARIA ADELAIDE DE JESUS OLIVEIRA, casada, doméstica, residente em parte incerta de França e com última residência conhecida na dita Rua 37-A n.º 93, nesta cidade, é esta ré citada, para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de vinte dias, que começa a correr, depois de finda a dilação de trinta dias, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio e para no mesmo prazo, contestar o pedido de assistência judiciária, formulado pelo autor.

Espinho, 28 de Maio de 1976.

- O Juiz de Direito, Subst.
a) Isilda Ferreira Torres
O Ajudante de Escrivão,
a) Américo Cordeiro Mora

«Maré Viva» — n.º 2 — 2 de Julho de 1976

mentaram largos milhares de crianças das escolas primárias em várias tardes desportivas.

Também a Associação de Pais e Encarregados de Educação de algum modo serviu e servirá para abrir a Escola ao meio.

Quanto às avaliações dos alunos foram-se fazendo cada vez com menos convicção, para o que contribuiu decerto o mau ambiente de trabalho e também a consciência de que avaliar como ainda se faz é naturalmente errado. O novo sistema introduzido pelo Unificado poderá ser uma solução, mas terá que ser devidamente aplicado ou então deixará também, a curto prazo, de ter qualquer interesse. Anote-se ainda o lançamento, tímido, de um grupo de trabalho para assuntos pedagógicos, futura Comissão Pedagógica, que tenciona promover a análise do que foi este ano para melhor se pensar o próximo.

Então, as perspectivas de um início de ano já longínquo não se concretizaram. Como irá ser o 76/77?

Quer parecer que a resposta depende um pouco de todos nós.

OPINIÕES

(conclusão da última pág.)

isso achámos importante ouvir o que eles teriam para dizer.

«Acho que o ano correu mais ou menos bem... não sei... mas de qualquer maneira isto de começar tarde e sem professores... Eles deviam saber que é preciso começar tudo de novo. O 25 de Abril só por si não muda as coisas» (empregada do Liceu).

«O ensino mudou muito... Agora ensinam coisas mais práticas às crianças. Mas há professores que continuam como antes do 25 de Abril. E os alunos, como são pequenos, não refilam... (empregada do Ciclo).

Problemas para os empregados? Alguns?

«Surgiram alguns por causa da falta de aulas. Chegavam a estar 4, 5 ou mais turmas sem aula. Claro que nestas alturas causavam-nos mais problemas, cansavam-nos mais» (empregado da Escola).

Finalmente, uma ou outra opinião de professores.

«Para podermos fazer um balanço do ano, é melhor esperar pelos exames, para ver o aproveitamento dos alunos. Mas já se sabe que este não foi nada bom, embora a culpa não fosse totalmente dos próprios alunos, e sim, de uma má reestruturação que se está a fazer. Por outro lado nota-se um grande antagonismo entre os alunos, o que lhes tira rentabilidade, além de cortar pela base quaisquer tentativas que fazem para se organizar. Além disso, alguns professores tentam fazer o menos possível, facto que influencia os próprios alunos. Esperemos que o novo ano não funcione nos mesmos moldes» (professor da Escola).

ANO ESCOLAR (conclusão)

LICEU

No Liceu, o ano escolar começou com uma boa novidade: a abertura das novas instalações que pareciam ir permitir alterar profundamente as condições em que alunos e professores tinham até então trabalhado. Mas as instalações não vieram a ser devidamente equipadas com material didáctico, o que prejudicou as actividades, especialmente o 1.º ano unificado e os trabalhos de laboratório.

Por outro lado, os problemas com a colocação de professores, que foram chegando a conta-gotas (o ano começou com cerca de 50 e acabou com aproximadamente 120), também não permitiram um trabalho contínuo e sério, acabando esta situação por se reflectir, inevitavelmente, em toda a vida da Escola.

A Gestão não podia, evidentemente, resolver um tal problema a não ser insistindo constantemente junto do MEIC. Por parte da Gestão assistiu-se a um trabalho muito burocrático, até porque a mudança de instalações terá criado alguns problemas, e questões importantes como a criação do Curso Nocturno e o funcionamento da Cantina também foram, com certeza, grande motivo de preocupação. De qualquer forma conseguiu-se conservar o espírito de gestão democrática (graças a uma razoável abertura a alunos, professores, empregados e até pessoas estranhas à comunidade escolar), o que foi uma vitória face às ameaças de que o MEIC tencionaria enviar ges-

tores para as escolas. Os alunos só muito tardiamente se fizeram representar na Gestão, não sabemos exactamente com que resultados. Mas notou-se que professores e alunos pouco se interessaram pela vida global da sua Escola.

Aliás, os professores, no seu campo de luta específica, o Sindicato, acabaram por não ter também actividade que se possa considerar positiva, tal foi o desinteresse que nem as raras reuniões sindicais conseguiram abalar.

Quanto aos alunos também não se viu que fossem particularmente activos, embora tivessem já a sua Associação de Estudantes devidamente organizada mas muito pouco dinamizadora e até desligada em grande parte da vida da Escola. Os mais activos dispersaram-se nos vários grupos políticos juvenis e a maioria passou os tempos livres de mãos nos bolsos e cigarro na boca. A conclusão é que muito há a fazer, e uma ou outra situação mais positiva não chegou para destruir a fraca imagem que deram todos aqueles jovens alunos do Liceu.

Liceu que terá dado, talvez, os primeiros passos para criar a tão falada «abertura ao meio». Mas muito pouco e praticamente só com o 1.º Ano Unificado, através das Manhãs Cívicas e Politécnicas. Por seu lado, o «meio» não se esforçou muito por ir ao encontro da Escola. Saliente-se entre tanto as actividades do MODI que movi-

Está no fim o ano escolar, um ano difícil, agitado, cheio de problemas para os quais não se vislumbra solução. Por isto mesmo, é um ano que é preciso discutir aos mais diversos níveis. É preciso pensar, debater, fazer balanço, sugerir, transformar.

«MARE VIVA» pretende apenas abrir o debate de um problema complexo, e cuja actualidade se mantém, pelo menos até ao fim dos exames. Para começar, apresentamos vários depoimentos de carácter pessoal. Queremos que sejam o ponto de partida de uma discussão larga, que deverá passar por alunos, professores, Comissões de Gestão, Associações de Pais e Encarregados de Educação, sindicatos, autarquias. Sim, porque o ensino toca muita gente. É ponto central neste país a construir.

«MARE VIVA», ao abrir o debate, põe as suas páginas à disposição de todos os que queiram participar. Para que façamos desta ampla discussão um ponto de arranque em ordem a uma maior participação na vida da comunidade, a uma acção concreta mais empenhada e eficaz.

Os problemas foram muitos em 75/76. Sê-lo-ão igualmente em 76/77, se não se mexerem todas as pessoas interessadas, se não se mexer o MEIC, se não se mexerem as escolas, se não nos mexermos nós! De modo positivo, construindo.

ESCOLA TÉCNICA

Julgamos poder afirmar, sem correr grandes riscos de desmentido, que este ano escolar não deixou gratas recordações, nem a professores, nem a pais, nem aos alunos, que foram talvez as maiores vítimas.

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

O grande público conhece alguns dos vários factores que contribuíram para o sentimento de desencanto e frustração de todos os que estão relacionados com o ensino. O principal, e mais conhecido, foi a falta de professores (qualificados ou não) que se fez sentir nesta escola, como aconteceu um pouco por todo o País. Neste estabelecimento de ensino, dos 144 professores necessários, faltavam ainda 41 no fim do primeiro período. E os últimos 11 só foram colocados no mês de Maio...

Esta falta de professores que se prolongou por todo o ano, e para a qual não encontramos justificação plausível, foi agravada com a colocação de professores em disciplinas que não são de maneira nenhuma a sua especialidade. A título de exemplo, diremos que estiveram a leccionar Português uma licenciada em Farmácia e três bacharéis em Contabilidade!

atacado por outros (os tais!) é um facto que, no fim do ano lectivo, o balanço final pode considerar-se positivo.

Os 450 alunos, divididos por 14 turmas, que frequentaram o Unificado na Escola, chegaram ao fim do ano com umas perspectivas diferentes das que lhes seriam fornecidas pelo ensino convencional: — a inserção da escola no meio foi relativamente conseguida por intermédio da Acção Cívica e Politécnica, área interdisciplinar em que se fizeram várias campanhas: uma contra a droga, outra contra o lixo, um levantamento sócio-económico da pesca em Espinho e três minicampanhas dirigidas a três infantários da cidade: Casa dos Pescadores, Patronato e Fosforeira. Os resultados deste trabalho, se não foram óptimos, foram, pelo menos, satisfatórios. Isto porque a forma de colocação de professores, este ano, foi um obstáculo (não pequeno) ao rendimento pleno do ano escolar.

A introdução de novas disciplinas e programas (tão combatidos por quem gosta de «águas mornas») veio proporcionar uma mais completa e dinâmica formação do aluno face às realidades actuais. Pena foi que, também aqui, motivos estranhos tenham impedido um total aproveitamen-

Ciclo Preparatório

A Escola Preparatória Sá Couso é frequentada por alunos do Ciclo Preparatório (1.º e 2.º anos). Está repartida por três edifícios: a sede, o palacete da Rosa-Pena e o antigo liceu. Esta divisão gera: 1.º — que os alunos e professores estejam separados e não contactem entre si; 2.º — que alunos e professores (sobretudo estes últimos) sejam vítimas de constipações e gripes durante o Inverno, pois têm que correr dum para outro edifício para dar aulas.

Gera também o aproveitamento de instalações sem quaisquer condições mínimas para a colocação dos alunos e para se poder dar aulas convenientemente (laboratórios, material didáctico, onde existe disso?). Para quando um novo edifício, para o Ciclo Preparatório, visto que é grande e aumenta a afluência de alunos ao Ciclo?

Os professores estão, em grande parte, inscritos no Sindicato, mas a afluência às reuniões é mínima. A mobilização feita pelo Sindicato e pelos delegados sindicais em torno de problemas concretos e importantes (diuturnidades, fases, decreto antigreve, etc.) é muito pouca. É mais que urgente que este trabalho seja feito, pois o professorado (e não só) corre o risco de ser bombardeado, mais uma vez, por decretos e actos antidemocráticos.

E em relação à gestão da escola? Bem, existe uma comissão de gestão eleita pelos professores.

Para a resolução dos problemas inerentes à escola, aos professores, aos exames e avaliações dos alunos, são convocados plenários de professores e as decisões aí tomadas normalmente são levadas à prática.

Sente-se a necessidade de um Conselho Pedagógico, uma vez que todos os problemas que surgem na escola (mesmo os pedagógicos: biblioteca, material didáctico, a questão das faltas, a avaliação dos alunos, etc.) têm de ser resolvidos também pela Comissão de Gestão.

OPINIÕES

«Tenho três filhos no Liceu e nenhum teve os professores todos, este ano. O mais velho, por exemplo, não sabe se passa, porque não teve aulas numa disciplina a que tinha reprovado no 3.º e no 4.º anos».

Foi assim que o pai de um aluno começou a sua apreciação ao ano lectivo que agora finda. Os encarregados de educação foram dos que mais agudamente sentiram os problemas do ensino. Por isso tentaram também intervir, auxiliando:

«Sei que havia uma Associação de Pais, mas nunca me senti motivado para lá me inscrever. Acho, entretanto, que é necessária, principalmente para não desligar a escola da família».

Os alunos, esses, foram os grandes prejudicados por um acumular de erros, de contradições, de perguntas sem resposta.

«Frequentei o 7.º ano do Liceu. Do ponto de vista de ensino, o ano escolar correu mal, porque não teve condições para correr bem: começou tarde, não havia professores, os decretos do M.E. I.C. não ajudaram nada... E o aspecto político também foi importante. É preciso demonstrar cada vez mais que a escola está integrada na sociedade» (aluno do Liceu).

Outro aluno, este da Escola Técnica. Como viu ele o ano que passou?

«As aulas começaram tardíssimo. Algumas começaram a seis semanas do fim, e agora conta a nota do ano passado. Além disso, houve aspectos cómicos, como por exemplo eu ter tido uma licenciada de Farmácia a dar-me aulas de Francês... Como podíamos aprender assim?»

Os empregados dos estabelecimentos de ensino passam lá o ano todo, são espectadores (e não só) de tudo o que se passa. Por

(Continua na pág. 7)

O ANO ESCOLAR

Todos estes problemas se vêm a reflectir no aproveitamento e na avaliação de exames. Sem estar nos nossos propósitos a intenção de denegrir a actividade do MEIC, pois somos dos que compreenderam a muito difícil e espinhosa missão do Ministério no presente ano lectivo, temos que criticar algumas das suas decisões no que respeita à avaliação de conhecimentos. Parece-nos perfeitamente demagógico dar aos alunos que não tiveram aulas (ou tiveram muito poucas) a hipótese de poderem, como voluntários, submeter-se a exame sobre a mesma matéria que os seus colegas que tiveram aulas durante todo o ano, ou permitir-se que aqueles alunos façam exames em Setembro, depois de um curso intensivo durante o mês de Julho. Com que justiça se podem classificar estes alunos? Volta-se a sobrevalorizar os exames?

A estes factores de carácter nacional, poderemos acrescentar outros, pouco ou nada conhecidos do público, dos quais se ressentiu o bom funcionamento desta escola. Um deles, muito importante, foi o das sucessivas alterações a que a Comissão de Gestão esteve sujeita. Cada uma delas teve, quase sempre, um carácter provisório, por se saber que outras substituições iriam acontecer, em virtude de os respectivos gestores serem colocados noutros lugares. Julgamos que estes contratos permitiram que no inconsciente de muitas das pessoas que ali trabalharam se desenvolvesse a ideia de que a Comissão Directiva, por ser provisória, não teria autoridade nem interesse em tomar decisões que não fossem de natureza administrativa ou burocrática para assegurar no mínimo o funcionamento da escola.

COMO DECORREU O UNIFICADO?

Olhado a princípio com desconfiança e pessimismo, por uns, e destrutivamente

to das referidas disciplinas. Neste caso, a falta de apoio por parte do MEIC, a nível de textos de apoio, etc., que foram poucos e em muitos casos, tardios.

Agora, resta-nos esperar que, para o próximo ano, tanto o 7.º ano como o 8.º ano de escolaridade (este funcionando pela primeira vez a partir de Outubro próximo) rendam em pleno! Assim o queiramos nós, o MEIC e... não só!

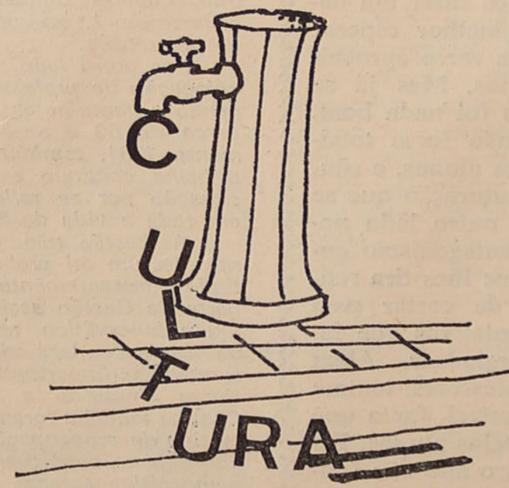
PROFESSORES E SINDICATOS

Um dos aspectos negativos verificadas nesta escola foi a fraca actividade sindical.

Reconhecemos que a falta de experiência sindical dos professores leva facilmente ao desinteresse, à apatia e até à abstenção de qualquer actividade. Era necessário, em cada escola, um factor fortemente mobilizador, que quanto a nós deveria ser os delegados sindicais, apoiados pela Direcção do Sindicato da Zona Norte. Não nos podemos esquecer da grande mobilização conseguida pelo Sindicato em 1974-75; só um grande esforço da Direcção permitiu que num sindicato recém-formado se conseguissem tão grandes vitórias e um tão grande poder reivindicativo. Esse esforço não foi mantido no corrente ano pela actual direcção, por falta de experiência talvez, e disso se ressentiu a actividade sindical nas escolas. Para vermos que assim é, diremos que nos ano lectivo de 74/75 rara foi a semana em que não se efectuou nesta escola uma reunião sindical; no ano lectivo de 75/76 não se efectuaram mais de meia dúzia de reuniões. Mesmo na ponta final do ano, em que se gerou noutras localidades da zona um forte movimento sindical, aqui não se efectuou uma única reunião sindical para se analisarem e discutirem tantos e tão importantes problemas que são de domínio público.

Além disso, esse Conselho Pedagógico (já existente nalgumas escolas) permitiria a ligação da escola com o meio (Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores, Associações Culturais e Recreativas, etc.) até hoje inexistente nesta escola. No que diz respeito à colocação de professores e consequente reflexo em matéria de avaliação dos alunos, há que dizer que estes problemas não se situam a um nível estritamente interno (cada escola) ou local (cada região), mas sim, traduzem uma orientação política nacional seguida pelo Governo em geral e pelo MEIC (Ministério da Educação e Investigação Científica) em particular.

(Continua na pág. 8)



INSCREVE-TE NA «NASCENTE»